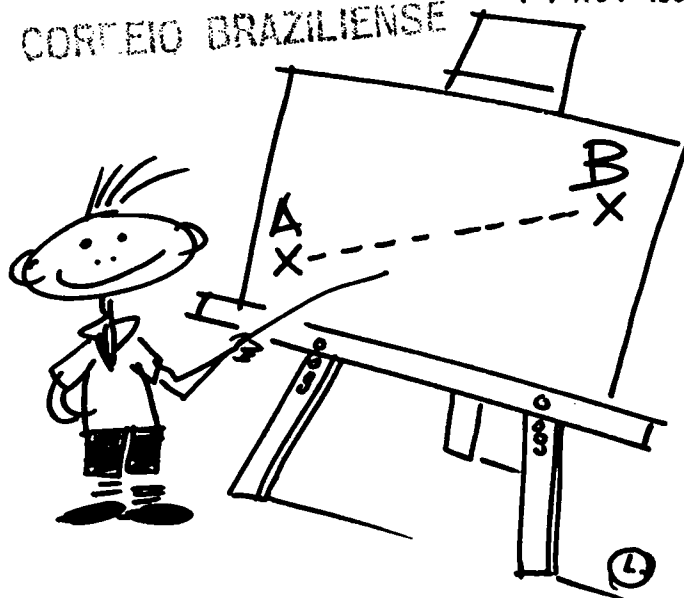


EURIDES BRITO DA SILVA

14 NOV 1985

CORREIO BRASILENSE



O interesse de alguns em acelerar o processo educativo das crianças e dos jovens, fazendo-os "queimar etapas" no caminho normal da escolarização, é algo que precisa ser melhor refletido.

No último período de sessões do Conselho Federal de Educação, o assunto voltou à pauta e houve oportunidade de se discutir amplamente memorável parecer da lavra do Conselheiro D. Lourenço de Almeida Prado.

O problema foi levantado por um Conselho de Educação de determinado Estado, consultando sobre a legitimidade de se instituir curso regular de 1º grau com as quatro séries finais condensadas em dois anos letivos, citando que esse procedimento já fora adotado por um outro Conselho Estadual.

Ora, um sistema educacional que se preocupe, de fato, com a educação do povo deve sempre procurar ampliar a sua faixa de benefícios, mas jamais encurtá-la. A maior permanência do aluno na escola é meta a ser perseguida. Isto tem maior significado se considerarmos que o Brasil se inclui entre os países que oferecem menor número de dias letivos, menor carga horária diária, e onde, sob qualquer pretexto, as aulas são suspensas para dar lugar a interesses outros que nem sempre são os da educação.

Ao responder de forma negativa à consulta do Conselho de Educação, Dom Lourenço, com sua vasta experiência de professor e inquestionável competência, mostrou que "não há razões educacionais que legitimem

ou mesmo que aconselhem a abreviação do curso, nessa fase do desenvolvimento. Nessa faixa etária, o aprendizado se realiza simultaneamente com o amadurecimento biológico, físico e mental. Não pode, não deve ser apressado".

Mostrou, também, o insigne mestre, que "o avanço precoce, tentando abreviar as etapas no aprendizado escolar, mesmo quando este é obtido sem perda de qualidade, acarreta, quase sempre, uma perda de infância. E sem uma infância vivida como criança e entre crianças, dificilmente se chega a uma maturidade perfeita".

A tese defendida por D. Lourenço de Almeida Prado coincidiu com outra por nós defendida no mesmo plenário do Conselho Federal de Educação, no início da presente década, quando mos-

trávamos alguns perigos da escolarização precoce, reportando-nos ao fato de que alguns pais passam a exigir que, já na pré-escola, se dê início ao processo de escolarização formal das crianças. E, o que é pior, sem resistir à pressão dos pais, mesmo sabendo não ser o caminho indicado, muitos professores cedem.

Na ocasião, dizíamos que, em parte, o modismo de introduzir as crianças muito cedo no campo do ensino formal parece ser fruto de desconhecimento do desenvolvimento global e harmônico da criança. Moore (1974) aponta uma série de estudos no campo da neurofisiologia, desaconselhando a precoce introdução da criança na aprendizagem formal. Diz ele que as implicações diretas da maturidade geral neurofisiológica para a

aprendizagem são impressionantes. Hilgathner (1963), um oftalmologista, considerando pesquisas realizadas por ele e por seu pai, ao longo de cinquenta anos, também não recomenda a escolarização precoce da criança.

A escola, entendemos nós, não deve existir para antecipar ou "queimar etapas", mas antes, deve ser a instituição que tudo faz para proporcionar às crianças e aos adolescentes, a seu devido tempo, ao lado da ministração do ensino, a indispensável integração social, sem a qual não formaremos o indivíduo para o exercício pleno de seus direitos e deveres de cidadão".

Os cursos abreviados só são admissíveis quando se trata de educação de adultos, podendo, nesses casos, estruturar-se com regimes diferenciados para atender às necessidades e condições desse tipo de clientela.

Querer, por qualquer que seja o pretexto, encurtar o período de permanência da criança e do jovem na escola é uma atitude impatriótica, que não encontra nenhum respaldo legal e não deve também encontrar ressonância entre a comunidade brasileira. Endosso as palavras de Dom Lourenço, quando diz: "Essa preocupação de queimar etapas, ao lado de um ensino que, a pretexto de democratização, se inclina ao facilitário, está sendo uma das enfermidades do ensino brasileiro".

*Eurides Brito, ex-Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, é professora da UnB e vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada.*